



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

Marcelino Ramos, 12 de março de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
SÉRGIO ALEXANDRI  
Presidente do Poder Legislativo Municipal  
Marcelino Ramos – RS

Assunto: **Encaminha o Projeto de Lei Legislativo 01/2021.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, venho através do presente encaminhar para apreciação o Projeto de Lei Legislativo 01/2021, que trata sobre o reconhecimento da prática de exercícios físicos em ambientes abertos ou fechados como essencial para a manutenção da saúde e melhora da qualidade de vida da população. A saúde é um direito social consagrado no art. 6º da Constituição Federal, devendo o Município prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Conforme informações do CREF2/RS, a Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBMEE) ratifica o entendimento do meio científico quanto à importância e os benefícios da prática de atividades físicas para melhora da função imunológica, otimizando as defesas do organismo diante de agentes infecciosos; redução das chances de pessoas fisicamente ativas apresentarem doenças como: diabetes, hipertensão e outras doenças cardiovasculares, patologias crônico-degenerativas, que elevam os riscos de morte quando da infecção pelo COVID-19 o tratamento e controle destas citadas doenças, pois pacientes descompensados são ainda mais suscetíveis às complicações e agravamentos da infecção pelo COVID-19. Sendo assim, é possível afirmar que a prestação dos serviços de Educação Física é componente fundamental para o controle e redução da necessidade de atendimentos hospitalares por meio da promoção e manutenção das condições de saúde dos seus praticantes.

Ainda, é oportuno lembrar que os profissionais de Educação Física estão convocados a realizar a capacitação nos protocolos clínicos do Ministério da Saúde para o enfrentamento do COVID-19 através da Portaria 639, de 31 de março de 2020 e, portanto, de acordo com o entendimento do CREF2/RS, atendidas as condições impostas pelos órgãos de saúde brasileiros para o funcionamento das empresas, não há o que se falar quanto ao preparo técnico dos profissionais no resguardo da sociedade quanto às formas de mitigação da disseminação e da prevenção de contágio pelo COVID-19.

Diante do exposto, solicito a aprovação do Projeto de Lei Legislativo ora apresentado.

Atenciosamente,

**Hélio Müller**  
Vereador Proponente

“DOE SANGUE, DOE ÓRGÃOS, DOE VIDA!”



Estado do Rio Grande do Sul  
**Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos**  
Praça Padre Basso, 015, Centro, 99.800-000  
(54) 3372-1623  
camaramarcelinoramos@hotmail.com  
www.marcelinoramos.rs.leg.br

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO 01/2021, DE 12 DE MARÇO DE 2021.

**Reconhece como essenciais para a população de Marcelino Ramos – RS a prática de atividade física e exercício físico, ministrados por profissional de Educação Física, e as empresas prestadoras de serviços destinados a essa finalidade, em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.**

VANNEI MAFISSONI, Prefeito Municipal de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam reconhecidas como essenciais para a população, no Município de Marcelino Ramos – RS, a prática de atividade física e exercício físico, ministrados por profissional de Educação Física, devidamente registrado no Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região – CREF2/RS, e as empresas prestadoras de serviços destinados a essa finalidade, em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.

Parágrafo único. Poderá a autoridade competente restringir o direito à prática das atividades citadas no *caput* deste artigo desde que com decisão fundamentada em normas sanitárias e de segurança pública, a qual indicará a extensão, motivos e critérios técnicos e científicos embasadores das restrições que porventura venham a ser expostas.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei através de Decreto.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Marcelino Ramos, 12 de março de 2021.

**Hélio Müller**  
Vereador Proponente